

REUNIÃO DE MINISTROS DA JUSTIÇA OU  
MINISTROS OU PROCURADORES-GERAIS

OEA/Ser.K.XXXIV  
PENAL/doc. 2/03  
5 novembro 2003  
Original: inglês

Autoridades Centrais e Outros Peritos em  
Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal  
30 de abril a 2 de maio de 2003  
Ottawa, Canadá

RELATÓRIO  
REUNIÃO DE AUTORIDADES CENTRAIS E OUTROS PERITOS EM  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL

**RELATÓRIO**  
**REUNIÃO DE AUTORIDADES CENTRAIS E OUTROS PERITOS EM**  
**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL**

Ottawa, Canadá, 30 de abril a 2 de maio de 2003

**I. Antecedentes**

Autoridades centrais e outros peritos em assistência jurídica mútua em matéria penal dos Estados membros da OEA reuniram-se em Ottawa, Canadá, de 30 de abril a 2 de maio de 2002, em conformidade com as recomendações adotadas na Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-IV), realizada em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, em março de 2002, que foram endossadas pela Assembléia Geral da OEA mediante a resolução AG/RES. 1849 (XXXII-O/02). O propósito da reunião foi desenvolver recomendações destinadas a fortalecer e consolidar a assistência judiciária mútua em matéria penal entre os Estados das Américas, com vistas a combater o crime organizado transnacional, a lavagem de dinheiro e o terrorismo.

**II. Desenvolvimento da reunião**

Ao início da reunião, o Senhor Richard Moseley, Vice-Ministro Assistente da Justiça, apresentou o Senhor Martin Cauchon, Ministro da Justiça e Procurador-Geral do Canadá, que a seguir formulou votos de boas-vindas aos participantes e pronunciou o discurso de abertura dos trabalhos ([Anexo I](#)).

Após a cerimônia de abertura, o Subsecretário de Assuntos Jurídicos da OEA, Senhor Enrique Lagos, distribuiu o texto de suas observações iniciais ao delegados ([Anexo II](#)) e, a seguir, convidou os participantes a propor candidatos à Presidência da Reunião. O Delegado do Haiti, Senhor Salim Succar, propôs o nome do Senhor Donald Piragoff, integrante da Delegação do Canadá. A proposta foi apoiada pelo Delegado do Paraguai, Senhor Juan Emilio Oviedo, que então solicitou sua ratificação por aclamação, o que foi confirmado pelo plenário.

Ao assumir a Presidência, o Delegado do Canadá, Senhor Donald Piragoff, ofereceu um breve resumo da agenda e submeteu-a à aprovação da Comissão.

A agenda foi aprovada sem modificações ([Anexo III](#)).

A seguir, em conformidade com o primeiro tema da agenda, um painel formado pelo Procurador-Geral da Colômbia, Senhor Luis Camilo Osorio, o Doutor Eugenio Curia, Diretor-Geral da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exterior da Argentina, e a Senhora Kimberly Prost, Vice-Diretora do Departamento de Direito Penal da Comunidade do Caribe, abordou em termos gerais a crescente importância da assistência judiciária mútua nas Américas e alguns dos desafios e soluções nessa área ([Anexos IV, V e VI](#)). A estas apresentações seguiu-se um breve período de perguntas e respostas.

Dando seqüência aos trabalhos, a Presidência solicitou que os representantes dos Estados membros da OEA procedessem às suas respectivas apresentações pessoais e distribuiu uma lista de contatos ([Anexo VII](#)).

O plenário passou então a abordar o segundo tema da agenda, *História do Grupo de Trabalho da OEA sobre Assistência Judiciária Mútua*. Sobre o assunto, o Senhor Pierre-Gilles Belanger, Consultor Jurídico da Seção de Políticas Penais do Departamento da Justiça do Canadá, ofereceu uma apresentação

visual do histórico, das atividades e das futuras metas desse grupo de trabalho.

A seguir a Comissão iniciou a consideração do terceiro tema da agenda, *Apresentação dos resultados e análise do questionário*, preparado pela Secretaria-Geral da OEA em consulta com o Senhor Claude LeFrançois, Consultor Jurídico Principal do Grupo de Assistência Internacional e com membros da equipe canadense vinculada ao grupo de trabalho OEA-MLA, para considerações preliminares. O Senhor Jorge García-González, Chefe da Secretaria Técnica dos Mecanismos de Cooperação Jurídica, apresentou dados visuais e estatísticos sobre os resultados obtidos com base nas respostas ao questionário e destacou as áreas que necessitam ser melhoradas e de maior cooperação entre os Estados membros.

Ao se iniciar a consideração do quarto tema da agenda, a presidência forneceu instruções ao plenário sobre a discussão de uma situação de fato preparada pelo Senhor Claude LeFrançois (que ocupou a presidência pelo Canadá na sessão plenária), baseada em problemas reais que costumam ocorrer nas atividades do Grupo Internacional de Assistência, a autoridade central do Canadá de acordo com seus tratados de assistência mútua. Este tema da agenda foi confiado a algumas delegações, com vistas a identificar e discutir obstáculos à prestação de uma efetiva assistência jurídica mútua em matéria penal. O grupo de trabalho A foi presidido pelo Senhor David West, representante de Trinidad e Tobago, e o grupo de trabalho B foi presidido pela Senhora Maria Seoane de Chiodi, representante da República Argentina. Ambos os grupos foram instruídos sobre a mesma situação de fato na primeira sessão. Os assuntos examinados relacionavam-se com questões de financiamento de terroristas, fraude de valores, congelamento de bens, apreensão e confisco. A discussão incluiu assuntos tais como as diferentes fases do processo, a suficiência da informação prestada no pedido, questões relacionadas com as leis internas do Estado que executa o pedido e diferenças estruturais nos sistemas jurídicos dos Estados requerentes e requeridos (Anexo X). Concluídas as reuniões e discutida a situação pelos grupos de trabalho, os relatores de cada grupo ofereceram um resumo das discussões havidas e apresentaram suas conclusões.

A Presidência anunciou que a Secretaria prepararia projetos de recomendações baseadas nas discussões realizadas ao longo do dia, levando em conta os pontos e questões de interesse expressos no plenário, e os distribuiria no dia seguinte. A Presidência também mencionou algumas das questões que deveriam ser incluídas no texto dos projetos de recomendações.

A seguir, usou da palavra o Procurador-Geral da Colômbia, Senhor Luis Camilo Osório, que se referiu à importância da assistência jurídica mútua em matéria penal e à necessidade de combinar os esforços desenvolvidos pelas Associações Ibero-Americanas de Ministérios de Justiça e de Ministérios públicos e pela iniciativa OEA-MLA, em vez de duplicá-los. Finda a intervenção do Procurador-Geral da Colômbia, a presidência agradeceu sua participação e seu convite para que se realize uma reunião na Colômbia, em junho próximo.

A reunião continuou com o tema 5 da agenda, *Oficina 2*, em que os mesmos grupos de trabalho abordaram o segundo estudo de casos, abrangendo assuntos como a questão das demoras, o papel das autoridades centrais e as dificuldades pertinentes a informantes confidenciais e à jurisdição territorial. Discutida a situação pelos delegados, os relatores dos grupos de trabalho informaram ao plenário os resultados da discussão e resumiram suas conclusões.

A Presidência passou então à apresentação do projeto de recomendações a ser considerado e aprovado pelo plenário. Após oferecer uma breve descrição do projeto de recomendações, explicou as bases e o propósito do documento. A seguir, ofereceu a palavra a todos os delegados para comentários preliminares e observações gerais sobre o projeto. Muitas delegações formularam breves comentários sobre o documento apresentado e ressaltaram que o projeto de recomendações era, em geral, apropriado, salvo por alguns ajustamentos menores de redação e algumas questões substantivas. A Presidência tomou nota dessas observações e solicitou à Secretaria a introdução de algumas modificações no projeto de

recomendações, durante o recesso para almoço.

Posteriormente, a Presidência sugeriu ao plenário a consideração do projeto de recomendações ponto por ponto, formulando observações sobre cada um deles ou aprovando seus textos sem modificação. O plenário abordou os pontos 1, 2, 3 e 4 ao longo do restante da sessão da tarde. A Presidência voltou a tomar nota de todas as modificações e propostas, e instruiu a Secretaria a incorporá-las ao documento a ser distribuído na manhã seguinte.

O plenário reiniciou seus trabalhos com a discussão do ponto 6 do projeto de recomendações, omitindo o ponto 5 por aguardar para a última parte da manhã uma apresentação reservada via e-mail. A Presidência tomou nota dos comentários formulados a respeito do ponto 6 do projeto de recomendações e passou a abordar as modificações introduzidas no projeto com base nos trabalhos do dia anterior. As delegações voltaram a discutir essas modificações, introduziram alterações menores no seu texto e aprovaram cada ponto. Findo este processo, a Presidência instruiu a Secretaria a efetuar todas as modificações necessárias no projeto de recomendações. Entrementes, deu-se início à discussão do ponto 7, com uma apresentação da rede e-mail reservada e de um novo *site* público da Rede MLA sobre Intercâmbio de Informação. Essa apresentação visual esteve a cargo do Senhor Pierre-Gilles Belanger, em conjunto com consultores da Universidade de Montreal. Terminada a apresentação, diversos delegados formularam ao Senhor Belanger perguntas de natureza técnica e política, que foram respondidas pelo apresentador.

A versão final do projeto de recomendações foi distribuída a todos os delegados para uma leitura final. A Presidência destacou as áreas do documento que sofreram algumas alterações finais e ofereceu a palavra a todos os delegados, para consideração final e aprovação do projeto de recomendações. Alguns delegados sugeriram propostas finais, das quais tomou-se nota para fins de inclusão na versão final a ser distribuída a todas as delegações ao término da reunião. Contudo, o documento foi aprovado pelas delegações, incluindo essas modificações ([Anexo IX](#)).

A Presidência deu a palavra à Secretaria, para algumas considerações finais. O Doutor García-González externou seus agradecimentos a todos os participantes pelo grande êxito desta reunião e destacou a importância dos seus temas no contexto global do combate ao crime organizado transnacional. Também formulou agradecimentos ao Governo do Canadá como admirável anfitrião, e à Presidência pelo impecável trabalho desenvolvido.

Finalmente, a Presidência, em palavras eloqüentes, expressou seu agradecimento aos funcionários encarregados de preparar a reunião, que foi um absoluto sucesso, e às delegações, sem cuja participação nada se teria conseguido.

Antes do encerramento da reunião, a Secretaria deu leitura a este relatório, que foi aprovado por unanimidade pelo plenário, juntamente com todos os anexos que o integram.

Ottawa, Canadá, 2 de maio de 2003.